

Dívidas ^{Sol} sem Equação

O Brasil está virando o semestre com uma dívida externa de cerca de 70,5 bilhões de dólares, a taxas de juros flutuantes, e outros US\$ 20 bilhões a taxas fixas, devidos aos bancos privados e ao FMI, BIRD, BID e agências multilaterais de crédito.

Mesmo considerando-se que as taxas externas de juros caíram, tanto na **prime** como na **libor**, e que os preços do petróleo descomprimaram nossa balança comercial, além de que a performance das exportações será ajudada pela recuperação da economia dos países da CEE, esses 90,7 bilhões de dólares continuam pesando sobre a cabeça dos brasileiros como uma "espada de Dâmocles."

Quer se queira, quer não, aos menores sintomas de tremor de terra em países em situação mais crítica, como o México, a sombra dessa espada projeta-se sobre os nossos interesses nacionais, e pesará mais ainda se a situação internacional for menos favorável, ou os problemas políticos e econômicos domésticos tornarem o nosso terreno menos estável aos olhos dos banqueiros e credores em geral.

Para que o Brasil possa consolidar um horizonte externo mais estável e sólido, portanto, é preciso que as autoridades encarregadas de tratar da questão da dívida considerem com realismo a situação em que nos encontramos, e tratem de produzir menos retórica, em troca de, mais substância e consolidação de um cenário para os próximos dez ou vinte anos.

Não podemos considerar com um ufanismo simplório o fato de que o país tem cerca de 10 bilhões de dólares em reservas, nem o bom desempenho da balança comercial. Mesmo partindo para um superávit de cerca de US\$ 13 bilhões, e mesmo levando em conta o pagamento pontual de juros, parcelas vincendas do principal da dívida são suficientes para que os credores considerem a nossa liquidez a prazos curtos como insuficiente.

Os sonhos de obter capital novo, nesse contexto, serão pouco realistas. Enquanto o país não tiver uma política de longo prazo para o seu endividamento externo, consistente com a sua capacidade de pagar, a geração de divisas e o estímulo à entrada de capital fixo, a retórica e a agressão aos bancos apenas jogarão mais lenha na fogueira. Os resultados serão parcos, ou até mesmo negativos.

A dívida externa não existe num vácuo, onde se encontram em primeiro plano apenas os interesses nacionais brasileiros. É preciso considerar como ela apareceu, como foi gerenciada, como evoluiu, e como se encontra. Querer estabelecer uma retórica agressiva num ambiente em que o Brasil sequer sabe o número exato dos seus bancos

credores é um risco, senão um erro agudo de percepção.

Quando a dívida começou a se acumular, os bancos estrangeiros viviam em ambiente de expansão de crédito — que foi atingido em cheio pela reversão das fontes de financiamento, pela crise dos países da OPEP e a mudança de atitude dos seus acionistas controladores. Hoje, as aplicações externas dos bancos estão sujeitas a controles muito maiores que na década passada, e a administração da relação capital/empréstimos, no caso dos países endividados, é feita com muito mais rigor e peias. O que antes era um ambiente de expansão passou a ser tratado como operações de alto risco ou pendentes, e departamentos inteiros foram desativados ou mudaram de alvos e interesses.

Este ano o Brasil defronta-se com uma renegociação de duas parcelas da dívida que, se forem roladas para 1987, irão colidir com os interesses das autoridades no reescalonamento a prazos longos do saldo devedor global.

Ora, a indefinição de horizonte de longo prazo é o suficiente para aumentar a vulnerabilidade do devedor, o que se reflete em cobranças de taxas mais altas pelos credores. Cada um faz o seu papel nesse contexto, e seria ingênuo esperar que as administrações pulverizadas de 700 ou mais bancos agissem de forma diferente. Como o setor privado é mais estável que os governos, a instabilidade opera a favor do primeiro, e em detrimento dos interesses do país devedor. Para complicar ainda mais o quadro, saltam às vistas de todo mundo os erros, equívocos, distorções e simples corrupção quando o lado tomador é o Estado ou uma estatal. Além de dever muito, o setor público deve mal.

Hoje a economia brasileira recuperou a confiança no crescimento com a moeda estável, e o ambiente para uma renegociação da dívida a longo prazo deveria ser aproveitado. O que construirmos agora, em um clima propício, poderá ser de um valor inestimável no futuro.

Se a moldura maior que é a renegociação da dívida for colocada com solidez em seu lugar, o quadro talvez abra espaço para as aplicações de capital fixo pelos bancos na economia doméstica, reativando o mercado de ações a longo prazo e voltado para projetos de grande envergadura, que requerem fábricas novas e não simples ampliações de linhas de montagem.

Mesmo assim, é preciso realismo, e considerar a tendência histórica da entrada de recursos novos no Brasil, que não irá pular de uma hora para outra de 1 e meio ou 2 bilhões de dólares para 5 ou dez. Muito menos se os credores perceberem que nossa estratégia está limitada à administração do dia-a-dia.